

8.10 O ENSINO RELIGIOSO COMO FERRAMENTA DE SEGREGAÇÃO RELIGIOSA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

*Rafaella Pereira Frujuelle*¹

*Ana Beatriz do Amaral Souza*²

O ensino religioso, teoricamente, teria como finalidade não a doutrinação, mas o conhecimento da fé e de todas as suas diferentes formas de manifestação. No entanto, no Brasil, ao considerar historicamente, percebe-se que esse ensino decorre da imposição dos valores Cristãos, com a catequização dos indígenas e dos escravos gerando um sincretismo nem um pouco natural. Denota-se, assim, que o preconceito e desrespeito pelas diferentes crenças é um pensamento já arraigado, e isso gera efeitos sociais muito perceptíveis no ensino religioso nas escolas, o que gera um favorecimento do Cristianismo em detrimento de religiões menores, como o Candomblé e a Umbanda. O ensino não deveria possuir vertente ou obrigatoriedade, como se encontra disposto constitucionalmente, já que o Estado é laico. Porém, o que se observa é um Legislativo que se baseia em seus dogmas pessoais para tomar decisões de impactos coletivos e um Judiciário que sucumbe aos mesmos erros, como aconteceu em decisão tomada em 2017 pelo STF, em que se considerou que o Estado é compatível com o ensino religioso confessional, que é típico de apenas algumas religiões, deturpando, conseqüentemente, o conceito de imparcialidade. É necessário compreender que o ensino religioso proposto deveria ser uma forma de integração, inclusão e aproximação de pessoas, de modo que todas as formas de crença seriam consideradas iguais, demonstrando e ensinando questões sobre respeito e aceitação, não sendo uma ferramenta de segregação. Dessa forma quando o Estado como um todo se torna parte do problema já não cabe esperar apenas dele a resolução. Se torna necessária a conscientização da população, para que em conjunto ocorra um pressionamento para que a realidade se altere. Assim, esse trabalho tem por objetivo analisar o modo que as religiões menores são descartadas ou tratadas com algum demérito no Brasil, visualizar os motivos para esse fato socialmente aceito e comumente incontestado, constatar a responsabilidade do Estado perante essa situação e observar os reais valores que o ensino religioso apresenta para os alunos: propaga-se a equivalência ou a segregação? Para tanto, fora utilizado o método de abordagem teórica dedutivo, que parte de uma ideia ampla para uma ideia específica, junto a uma pesquisa bibliográfica, por meio de materiais já publicados, como doutrinas, leis, artigos e jurisprudência.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Segregação; Responsabilidade Social.

¹ Discente no curso de Direito na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal, rafafrujuelle@hotmail.com.

² Discente no curso de Direito na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal, anabasouza@yahoo.com.br.